



MAYARA FAGGION GRIGOLETTO

**TRANSFORMAÇÕES NOS ANOS DOURADOS:
O DESENVOLVIMENTO DO PRECARIADO**

CAMPINAS
2014



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

MAYARA FAGGION GRIGOLETTO

**TRANSFORMAÇÕES NOS ANOS DOURADOS:
O DESENVOLVIMENTO DO PRECARIADO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do Prof. Eduardo Barros Mariutti.

CAMPINAS
2014

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DO PERÍODO	4
1.1 Bretton Woods e a afirmação da hegemonia norte-americana.....	5
1.2 A economia dos Anos Dourados	9
1.3 Welfare State e transformação social	13
1.4 Movimentos Sociais	17
CAPÍTULO 2 – PRECARIADO E O CONCEITO DE DESMERCANTILIZAÇÃO	22
2.1 Caracterizações do Precariado	24
2.2 Alterações no mercado de trabalho e desmercantilização	27
2.3 O poder transformador do precariado	30
CONCLUSÃO.....	33
BIBLIOGRAFIA	36

CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DO PERÍODO

O século XX foi um momento histórico muito importante para entendermos o funcionamento da economia capitalista em que vivemos. Devido a sua particularidade única, foi caracterizado pelo historiador Eric Hobsbawm como a “Era dos Extremos¹” – nome que serve de título a um dos renomados livros do autor – onde se entende o período como um *sanduíche histórico*, pois logo em seu início desdobram-se as conhecidas e devastadoras Guerras Mundiais (1914-45), sucedidas por uma aparente Era de Ouro (1945-70) que, por sua vez, gera um novo momento de Crise (1975 em diante), findando desta maneira o século em questão.

Assim, o *sanduíche* seria configurado pela existência de um período de “prosperidade” entre dois outros caracterizados por catástrofes, sejam elas de cunho político, econômico, militar ou social. Tal fato nos coloca frente à discussão sobre o quão próspero fora os Anos Dourados – já que sua existência não resultou no progresso imaginado, pelo contrário – e para quem tal prosperidade alcançou.

Os instrumentos mais apropriados para se analisar tal indagação são, naturalmente, os “fatos”, ou melhor, as evidências menos contestáveis. Foi fato que a economia mundial cresceu muito no intervalo, alcançando índices de empregabilidade, trocas, produtividade, industrialização e urbanização realmente impressionantes. O crescimento, entretanto, nem sempre segue acompanhado do desenvolvimento. Desta maneira, foi fato também o grande aumento da concentração de capital; do tamanho das cidades; da deterioração ambiental; da dependência dos países periféricos; das desigualdades econômicas, etc.

O que para alguns pareceu ser uma época próspera, com inovações benéficas para todos (e realmente foi a impressão geral nos primeiros anos imediatamente após o término da Segunda Guerra), na verdade mostrou-se bastante ruim para alguns grupos que não ganhavam a atenção dos governos, dos empresários e da mídia em geral. Na verdade, sejamos francos, o que usualmente ocorre é a disseminação do ponto de vista dos mais fortes, dos vencedores, daqueles que tem algo de bom para contar. Não é interessante o foco ser direcionado aos marginalizados, àqueles que possivelmente ofuscariam as vitórias com pontos negativos.

¹ HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos: O breve século XX*. 2. Ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

Com isto em mente, apresentaremos neste capítulo uma contextualização do período dos Anos Dourados, tentando demonstrar como se encontravam as relações políticas, econômicas e sociais no período para, posteriormente, discutir suas consequências e impactos em relação às classes sociais desfavorecidas. O foco é apresentar ao leitor uma visão crítica argumentando com fatos, análise histórica, econômica e sócio-política que o período em questão, habitualmente classificado como próspero e radiante, talvez possa não ter brilhado tanto quanto parece.

1.1 Bretton Woods e a afirmação da hegemonia norte-americana

Dentro do contexto de incerteza e hostilidade da Guerra Fria, o período dos Anos Dourados destaca-se devido ao incrível crescimento e prosperidade que envolvia as economias beligerantes no pós-guerra e grande parte do “resto do Mundo”. Apesar disto, este intervalo de ascensão também trouxe consequências que alterariam completamente o sistema capitalista vigente até então. A disseminação de uma lógica que aparentemente se voltava para o desenvolvimento da sociedade, buscando o pleno emprego e a diminuição da desigualdade econômica, na realidade iria reforçar o ideal da concentração capitalista, dando bases para que ele se desenvolvesse plenamente.

O desenvolvimento de tal ideal teve como alicerce um forte aparato institucional acordado entre os países centrais: os Acordos de Bretton Woods. Surgiram dos Acordos um conjunto de relações comerciais, produtivas, tecnológicas e financeiras pautadas por um ambiente regulamentado e teoricamente sob controle. Podemos pontuar, de maneira sintética, três principais alterações instauradas em Bretton Woods: o estabelecimento de uma banda mínima de flutuação para o câmbio baseado num valor indexado ao dólar; a concretização do padrão ouro-dólar; e a criação dos organismos internacionais (Banco Mundial e FMI) com o intuito de ampliar a manutenção do sistema econômico. No fundo os Acordos foram um tipo de formalização da hegemonia norte-americana – eles cederam todo o aparato burocrático para viabilizar sua influência político-econômica, pois apesar dos organismos internacionais terem sido criados para servirem de apoio às economias de forma igualitária, suas decisões eram inteiramente subordinadas aos Estados Unidos.

Os benefícios cedidos ao Estado norte-americano – ou a *seignorage*² – se desdobravam em objetivos estratégicos, econômicos e financeiros perseguidos por sua economia. Tais objetivos se referiam à condição de emissor da moeda reserva internacional, que facilitava financiar os gastos de seus conflitos militares do período; à disseminação do modelo fordista de produção – efetivado a partir do seu investimento direto; e à posição de “banqueiro dos bancos”, que possibilitou o crescimento exacerbado dos bancos americanos. Como salientou Belluzzo (1995), perseguindo estes objetivos a economia americana funcionava como reguladora do sistema capitalista – ou seja, cumpria o papel de fonte autônoma de demanda efetiva e emprestadora de última instância.

Desta maneira, fica claro que a posição hegemônica dos Estados Unidos foi concretizada com a instauração dos Acordos de Bretton Woods. Entretanto, tendo como referência a economia, o país não conseguiu sustentar tal posição durante muito tempo, pois as economias dos países centrais se reergueram de forma dinâmica, reduzindo a enorme distância que as separavam dos EUA e revertendo a balança comercial estadunidense antes superavitária para um arranjo crescentemente deficitário. Este rearranjo culminou na suspensão da conversibilidade do dólar ao ouro e, posteriormente, ao fim do sistema de paridades fixas. Como os Anos Dourados constituíram o íterim no qual a economia americana manteve o sistema regulado, iremos nos atentar a este momento por enquanto.

Um motivo para que o aparato definido em Bretton Woods fosse viabilizado foi o fato de que países centrais deixaram para trás suas rivalidades vigentes durante os períodos de Guerra (ou pelo menos, esqueceram-se delas por um tempo). Isto foi possível, principalmente, devido ao temor que pairava logo após o término oficial da Guerra, pois dentre as poucas certezas que os formuladores de decisões ainda possuíam a principal delas era a de que não desejavam voltar aos confrontos novamente.

O clima de temor era alimentado pela possibilidade de eclosão da chamada “Destruição mútua assegurada³” entre as superpotências. Por cerca de quarenta anos, a população mundial viveu com o fantasma de um possível estouro da “Terceira Guerra” que, se tivesse acontecido,

² Ver Hobsbawm (1995)

³ Ver Hobsbawm (1995)

não estaríamos aqui para contar a história. Entretanto, apesar dos acontecimentos isolados que deixaram o mundo em alerta – como a Crise dos Mísseis em 1962, por exemplo –, não existia um perigo real de a guerra estourar, pois EUA e URSS haviam estabelecido comum acordo sobre a divisão de territórios em vigência e não visavam o confronto armado direto, já que era de conhecimento geral as consequências que isto poderia trazer a todos.

Este “comum acordo” realizado entre as potências ficou conhecido como *Détente*, ou seja, um afrouxamento de tensões que, na realidade, deixava clara a vulnerabilidade soviética em relação ao poderio militar e econômico dos Estados Unidos. Durante a década de 1970, ao efetivar uma interação do socialismo com a economia mundial capitalista, onde a URSS optou por explorar os recursos disponíveis do mercado mundial, em detrimento de enfrentar o difícil problema de reformar seu sistema econômico, eles cavaram suas próprias covas⁴.

Entretanto, apesar da vulnerabilidade soviética e do “comum acordo” entre as antagônicas potências, os norte-americanos acabaram adotando uma postura ofensiva em relação ao socialismo-soviético, denunciando uma irreal conspiração comunista que planejava instaurar seu ideal mundo afora. Como salientou Mariutti:

O grande diferencial, que permitiu um grau mínimo de cooperação entre Estados que, no limite, eram rivais, foi a manifestação de duas poderosas forças de coesão no bloco capitalista: i) a memória da “era da catástrofe (1914-45)”, que colocou em xeque as tradições do liberalismo clássico em favor de uma atmosfera baseada no controle social [...]; ii) o temor da “ameaça” comunista. (MARIUTTI, 2012)

A divulgação da conspiração foi adotada de maneira feroz pela maioria da população norte-americana, que no final acabou se tornando porta-voz do governo. A manipulação fora tal que se adotou o termo *macarthismo* para se referir ao anticomunismo vigente durante as décadas de 1940 e 50, isto porque um senador norte-americano chamado Joseph McCarthy disseminou a prática de perseguição e hostilidade a todo indivíduo que demonstrasse qualquer afinidade ou simpatia com a causa comunista.

⁴ Ver Hobsbawm (1995: 248)

Na realidade, uma explicação para a disseminação do sentimento anticomunista era de que existia no imediato pós-guerra o temor muito forte, por parte do governo americano, em relação à possibilidade de se eclodir uma nova Grande Depressão. Isto porque o ambiente da década de 1940 era semelhante ao momento pré-1929, quando a produção e consumo cresciam vigorosamente antes do *crash*. Com os olhos voltados para a década de 1930, portanto, o governo americano decidiu adotar uma postura “apocalíptica” em relação aos seus inimigos soviéticos. A figura da URSS se tornou um tipo de *slogan* para a política norte-americana, que necessitava de um motivo para unir seus cidadãos num período próximo às eleições presidenciais⁵.

Além dos objetivos políticos internos, vale ressaltar que este *slogan* anticomunista propagou-se por todo o globo, fortalecendo o antagonismo entre capitalismo e socialismo que se disseminou, principalmente, após o término da Segunda Guerra. Desta maneira, a propaganda norte-americana contra os soviéticos, além de unificar os cidadãos americanos perante um ideal comum, também conseguiu disseminar o mesmo aos demais países autodeclarados capitalistas – o que definitivamente contribuiu para acirrar a corrida armamentista da Guerra Fria.

Portanto, podemos observar que a (teórica) postura agressiva dos soviéticos temida pela política anticomunista na realidade era utilizada em prol do próprio governo norte-americano. O *slogan* apocalíptico adotado serviu para deixar a população americana engajada na causa e angariar um número cada vez maior de alianças que, desta maneira, favorecia o lado capitalista. Como afirmou Hobsbawm:

Em suma, enquanto os EUA se preocupavam com o perigo de uma possível supremacia mundial soviética num dado momento futuro, Moscou se preocupava com a hegemonia de fato dos EUA, então exercida sobre todas as partes do mundo não ocupadas pelo Exército Vermelho. (HOBBSAWM, 1995)

É preciso entender o lado da URSS como uma unidade política que além de ter saído destruída da Segunda Guerra, com enormes perdas humanas, carregara um fardo que não podia suportar: o de ser o antagonista da maior potência mundial. Desde o início se tratava de um conflito desigual, onde a balança definitivamente pendia para o lado dos americanos que, paradoxalmente, adotavam uma postura como se os ofensivos fossem os soviéticos.

⁵ Ver Hobsbawm (1995).

1.2 A economia dos Anos Dourados

A situação dos EUA no imediato pós-guerra não pode ser comparada a de seus aliados e, muito menos, a de seus inimigos: além de ter entrado tardiamente na batalha, nenhum confronto foi realizado em solo americano. Assim, além de não ter sofrido significativas perdas humanas, não havia necessidade de grandes esforços para reconstrução territorial ou recuperação econômica – cenário oposto ao dos demais países beligerantes, que se encontravam destruídos nos planos econômico, material e humano.

Desta maneira, a taxa de crescimento americana durante o período dos Anos Dourados mostrou-se muito inferior a dos demais países que necessitavam de reconstrução – na realidade, foram mantidos os níveis do período de guerras. A tarefa de manutenção da taxa contava com o direcionamento de esforços para alocar no mercado de trabalho de forma digna os combatentes que voltavam da Guerra, uma vez que o pleno emprego mostrava-se como um dos objetivos centrais naquele momento.

Na década de 1950, o pleno emprego já podia ser encontrado nos principais países desenvolvidos da Europa Centro-Occidental, evidenciando uma prosperidade (aparentemente) disseminada pelo globo – que beneficiava sobremaneira os países centrais, como de praxe:

A Era de Ouro foi um fenômeno mundial, embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo – os que viviam em países para cuja pobreza e atraso os especialistas da ONU tentavam encontrar eufemismos diplomáticos. (HOBSBAWM, 1995)

O surgimento de uma sociedade de opulência baseada no consumismo foi muito mais uma característica dos países de Primeiro Mundo, nos quais a elevação do nível de vida da população em geral foi mais explícita. Do ponto de vista dos países no Terceiro Mundo, o significado de prosperidade era um pouco diferente, pois podiam ser observados índices como o aumento da população e da expectativa de vida – há muito superados pelos países centrais.

Apesar disto, não se pode negar que nos centros urbanos do Terceiro Mundo também houve elevação dos padrões de vida e a adoção de estilos consumistas semelhantes aos do Primeiro Mundo – principalmente entre a classe média, que aí cresceu numericamente e em

importância política⁶. Assim, ao afirmarmos que o crescimento durante o período dos Anos Dourados foi generalizado, é preciso considerar que o conceito não é o mesmo para todas as nações e que este mesmo crescimento agravou as discrepâncias já existentes entre o Primeiro e o Terceiro Mundo. Evidenciaram-se inúmeras alterações no funcionamento da economia no período. Muitas surgem como fruto de transformações sociais profundas, como as migrações em massa do campo para as cidades e a consequente urbanização acelerada destas últimas. Assim, iremos analisar alguns pontos principais que nos farão enxergar melhor como as classes mais desfavorecidas da sociedade se estabeleceram no *status quo*.

O êxodo rural adquiriu tamanha proporção que Hobsbawm (1995) cita o fenômeno como “a morte do campesinato”. Além de perderem cada vez mais espaço para a agricultura moderna – que aumentava seus graus de produtividade exponencialmente –, centenas de milhares de camponeses migraram em direção às cidades em busca de melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, de vida. Este intenso êxodo rural acabou criando uma estrutura social urbana segmentada, onde nem todos conseguiram ser inseridos no mercado de trabalho e, portanto, acabaram marginalizados dentro dos centros urbanos – os chamados *subúrbios*.

Pode-se afirmar que o grande contingente populacional que se deslocou do campo para as cidades assassinou o campesinato nos países industrializados. Para ilustrar a situação, enquanto em 1939 apenas a Inglaterra e a Bélgica possuíam menos de 20% das suas populações no campo, em 1980 não era possível encontrar *nenhum* país capitalista que possuísse mais de 10% de sua população vivendo no campo⁷. Apesar de não parecer tão evidente, tais transformações também foram observadas no Terceiro Mundo onde, por exemplo, não se encontravam países com maioria camponesa a partir de 1970⁸.

O aumento da produtividade per capita, aliada tanto à evolução do maquinário especializado quanto à biotecnologia avançada, proporcionou a decorrência de uma verdadeira “Revolução Agrícola”. Quantidades espantosas de alimentos foram produzidas no período, sendo que em alguns anos a produção cresceu mais rápido do que a população de seus países (desenvolvidos ou não). O grande contingente de mão-de-obra assalariada disponível, o

⁶ Ver Groppo (2000: 36).

⁷ Ver Hobsbawm (1995: 284)

⁸ Ver Hobsbawm (1995: 285)

investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e o número cada vez maior de universitários contribuíram decisivamente neste processo, como veremos adiante.

Como uma decorrência da “Revolução Agrícola”, podemos também afirmar que ocorrera uma “Revolução Urbana”⁹. Esta, de uma maneira ou de outra, fora consequência da primeira, já que o contingente que debandava dos campos inchou as cidades criando incríveis aglomerações urbanas. Crescendo de maneira mais rápida e desorganizada, as maiores aglomerações se concentraram no Terceiro Mundo, onde Cairo, São Paulo e Xangai, por exemplo, contavam com populações na casa das dezenas de milhões facilmente. Vale ressaltar que estes movimentos se intensificaram no Terceiro Mundo, principalmente, nas décadas de 70 e 80; enquanto que nos países centrais este processo, apesar de intenso, foi mais gradual ao longo da Era de Ouro. Desta maneira, em fins da década de 80, o que se observava era uma queda no crescimento do contingente populacional urbano no Velho Mundo em detrimento do aumento excepcional do Novo Mundo.

Além da queda brutal do campesinato, outra grande herança do período foi o crescimento de ocupações que exigiam nível de escolaridade mais elevado. Tal transformação é fácil de ser compreendida dentro do contexto de investimentos maciços em P&D, aliada à necessidade de ampliação dos lucros e diferenciação no mercado competitivo. Outro ponto a ser ressaltado é o fato de que o contingente de universitários explodiu em 40 anos (contando do imediato pós-guerra) – o *boom* universitário –, pois os jovens não eram mais obrigados a se apresentarem aos Exércitos de seus países, como haviam feito seus antepassados durante toda a primeira metade do século XX. Pelo contrário, eles eram convocados pelo próprio mercado, cada vez mais exigente quanto à formação dos estudantes. O interessante é que este movimento do mercado em busca das “melhores cabeças” era sincronizado com a ambição das famílias em proporcionar aos seus filhos oportunidades de acesso à educação superior, uma vez que esta seria a melhor maneira de alcançarem maiores rendas e, conseqüentemente, status social superior¹⁰. Veremos no próximo capítulo que tais expectativas foram frustradas a partir da década de 1970.

⁹ Ver Hobsbawm (1995: 288)

¹⁰ Vale ressaltar que foram as famílias de classes médias as principais protagonistas deste movimento em busca do acesso às Universidades, que faziam verdadeiros sacrifícios para alcançar este objetivo (jornadas de trabalho extensas, horas extras, etc.)

Uma das grandes – se não a principal – influência americana disseminada pelo mundo foi o modelo de produção fordista, ou seja, a produção seriada em massa. Utilizando-se de princípios como a padronização e simplificação visando ganhos de escala, as indústrias passaram a oferecer à população em geral bens e serviços antes restritos às minorias privilegiadas. A população, por sua vez, além de contar com a abundância de ofertas de trabalho deparava-se com a possibilidade de realizar financiamentos para, no longo prazo, comprar bens de consumo duráveis e, até mesmo, adquirir mercadorias antes consideradas supérfluas e inacessíveis. Assim, produtos como a televisão, o telefone e a geladeira transformaram a vida cotidiana das pessoas, facilitando muitas questões antes consideradas dispendiosas devido à disponibilidade apenas para as classes mais altas. A sociedade – ou melhor, os incluídos - se via em uma situação que era considerada a melhor de suas vidas, não questionando quaisquer eventuais diversidades.

Ocorrerá, ainda, uma verdadeira revolução no mercado de trabalho que, naquele momento, passou a dar importância ao desenvolvimento do novo e à incorporação das inovações nos produtos e no processo produtivo das indústrias, que buscavam maiores lucros. O P&D passou a ser uma área fundamental para qualquer empresa capitalista que desejasse expandir seus negócios. Mas apenas os países desenvolvidos possuíam capacidade de suprir a demanda da área com trabalhadores qualificados – o que reforçou ainda mais o abismo existente entre Primeiro e Terceiro Mundo. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento tecnológico foi dispensando aos poucos o trabalho braçal do operário, que era substituído pelas máquinas criadas pelos engenheiros dos países centrais.

Junto a estas transformações o capitalismo passa por uma forte reestruturação, ilustrada pela tendência crescente à internacionalização e transnacionalização da economia. A internacionalização voltando-se em relação ao aumento da quantidade e intensidade das transações internacionais no mercado externo, o que consolidou e incrementou a dependência dos países junto ao comércio exterior; e a transnacionalização sendo uma alteração dentro do próprio processo de produção capitalista, onde as empresas passaram a fracionar suas linhas de montagem em busca de melhores oportunidades (de lucros) em outros países.

A partir do início da década de 1970 a economia transnacional tomou as rédeas do comércio mundial, tornando-se uma força global efetiva. Diferente do ocorrido no imediato pós-

guerra, onde apenas os trabalhadores migravam em busca de melhores oportunidades, agora as empresas também se deslocavam. Apesar dos benefícios que o investimento estrangeiro levou aos países emergentes – desenvolvimento e dinamização do mercado local, oportunidades de emprego, aumento da renda da região, etc. –, a migração transnacional acabou trazendo sérios problemas, pois as empresas não estavam preocupadas com o desenvolvimento econômico e social dos locais em que se instalavam, pelo contrário.

A reestruturação do capitalismo gerou uma nova divisão internacional do trabalho mais elaborada e exigente, aliada ao processo de transnacionalização onde as grandes empresas saíram de seus territórios natais (desenvolvidos) em busca de privilégios fiscais e de mão de obra barata nos países emergentes. Isto por que o clima de pleno emprego, com ajustes regulares nos salários dos trabalhadores gerou um proletariado incompatível com as ambições dos capitalistas, pois estes não iriam aceitar uma redução de seus salários ou um período muito longo sem reajustes.

Um argumento para explicar esta reestruturação seria o desmoronamento da chamada “*combinação keynesiana*” de crescimento econômico, que esteve em curso durante as décadas dos Anos Dourados. O consumo da massa baseado no pleno emprego funcionou perfeitamente dentro do contexto do imediato pós-guerra, evidenciando prosperidade econômica e os tão desejados lucros capitalistas, mas já na década de 1970 demonstrava sinais de esgotamento. A situação de crescimento contínuo dos salários europeus chegou a um ponto em que definitivamente tornou-se mais vantajoso para as empresas migrarem em direção ao Terceiro Mundo em busca de maiores lucros e menores expectativas salariais.

1.3 Welfare State e transformação social

Em grande parte, podemos afirmar que a combinação keynesiana deu certo devido ao consenso entre esquerda e direita que prevaleceu no período – ou *liberalismo-keynesiano*¹¹. Mais do que isso, este consenso baseou-se num tripé formado por Estado, capital e trabalho:

Graças a uma espécie de mútuo entendimento tácito, estabeleceu-se uma situação de compromisso entre as classes fundamentais. Os capitalistas passaram a aceitar como legítimos tanto o movimento sindical quanto os gastos sociais do Estado. Os assalariados, por sua vez, deixando de se opor às regras do lucro,

¹¹ Braga, R. (2012)

limitavam suas reivindicações de modo a não impedir a reprodução ampliada do sistema capitalista. O equilíbrio geral entre oferta e procura era alcançado via políticas macroeconômicas de inspiração keynesiana, enquanto que o equilíbrio entre salários e lucros era estabelecido via acordos coletivos supervisionados pelo Estado. As políticas sociais na área da educação, saúde e seguridade ficavam a cargo do estado de bem-estar em franca expansão (OFFE, 1989).

Tais elementos juntos desembocavam num círculo virtuoso alimentado pelos valores ascendentes do sistema: produtividade, lucros, salários, padrão de vida, segurança, estabilidade, harmonia social, prosperidade geral – ou seja, as características amplamente observadas no pós-guerra. A crescente dependência dos países com o mercado externo, aliada aos objetivos “desenvolvimentistas” do período garantiu abertura para a disseminação de políticas onde a presença Estatal era um importante fator para garantir o crescimento sustentável desejado:

Todos queriam um mundo de produção e comércio externo crescentes, pleno emprego, industrialização e modernização, e estavam preparados para consegui-lo, se necessário, por meio de um sistemático controle governamental, e da cooperação com movimentos trabalhistas organizados, contanto que não fossem comunistas. (HOBSBAWM, 1995)

O avanço destas políticas onde a “mão estatal” predominava em relação à “mão invisível” do mercado desenvolveu o chamado *Welfare State Keynesiano* – ou Estado de Bem-Estar Social –, ou seja, a provisão de serviços sociais, cobrindo as mais variadas formas de risco de vida individual e coletiva¹². Entre as décadas de 1950 e 1970, políticas de seguridade social, visando um desenvolvimento coletivo da sociedade agora faziam parte das agendas da grande maioria dos países centrais. De fato, o que ocorrera foi uma expansão e institucionalização do *Welfare State*, que já existia em alguns países centrais em relação à proteção de mulheres, incapacitados e idosos. No pós-guerra, o conceito se generaliza e ganha dimensões quase universais em um conjunto articulado de programas de proteção social, assegurando o direito à aposentadoria, habitação, saúde, etc.¹³.

No capitalismo conduzido pelo *Welfare State Keynesiano* os desequilíbrios manifestados nas profundas crises econômicas, como a de 1929, foram substituídos por flutuações suaves, facilmente toleráveis. A taxa de desemprego reduziu-se na Europa a apenas 1,5% da população

¹² Ver Arretche (1996: 1).

¹³ Ver Arretche (1996: 1)

economicamente ativa¹⁴. No fim da década de 1970, todos os países capitalistas avançados haviam se transformado em Estados deste tipo e, em alguns casos, gastavam mais de 60% de suas receitas com a seguridade social¹⁵. Os níveis salariais crescentes proporcionaram aos trabalhadores acesso a um padrão de vida então desconhecido e graças à proteção social, os inválidos, enfermos e idosos deixaram de se sentir tão inseguros e passaram a enfrentar suas dificuldades até então tidas como inevitáveis. A ascensão do nível de vida material atingiu diretamente – para não dizer exclusivamente – as classes médias, estrato social amplamente impactado pelas transformações decorrentes da combinação keynesiana, pois os constantes aumentos salariais proporcionados pelo tripé Estado, Trabalho e Capital induziram seus integrantes ao modo de vida consumista *a la* Estados Unidos.

Dentro deste contexto, a juventude passara a ser considerada um agente social independente. Na primeira metade do século XX, os adolescentes eram vistos como peças para vencer conflitos armados – eles se alistavam para defender seus países e, desta maneira, se abdicavam de desenvolver ao máximo suas habilidades intelectuais e questionadoras. Com o término das Grandes Guerras, parte dos jovens se voltou para os estudos e, por que não dizer, para os negócios e a política. Até então, como salienta Hobsbawm, o mundo era governado por uma verdadeira *gerontocracia*, onde um líder com menos de quarenta anos era raridade e, com o avanço da década de 1970, era mais fácil encontrar indivíduos jovens dentro da política ou liderando negócios bem-sucedidos.

Este contingente de jovens universitários acabou criando um novo fator na cultura e na política, onde esse numeroso grupo eram um dos únicos capazes de uma ação política coletiva de cunho radical– em um ambiente ditatorial, por exemplo. Concentrados em suas cidades universitárias, estes locais eram propícios para a disseminação de idéias que, inevitavelmente, “plantavam” ideais em outros grupos sociais com maior impacto do que um simples grupo de estudantes de classe média.

Outra mudança significativa junto ao contexto de instauração do Estado de Bem-Estar Social foi a ampliação do papel da mulher no cenário sócio-econômico. O *boom* universitário que

¹⁴ Ver Hobsbawm (1995)

¹⁵ Ver Hobsbawm (1995)

ocorreu após o término das Grandes Guerras não fora exclusivamente direcionado aos homens, pois caminhando junto à ampliação do papel da mulher no mercado de trabalho, o acesso feminino às Universidades aumentou significativamente, sendo que as mulheres constituíam cinquenta por cento dos estudantes no período.

O movimento feminista a princípio não englobava todas as classes dentro de si. No início englobava apenas o grupo das mulheres “educadas”, não levando em consideração as reivindicações das massas. As mulheres que faziam parte das classes mais pobres da sociedade – que, inclusive, já tinham sido integradas *antes* ao mercado de trabalho – encaravam uma jornada dupla de trabalho, tendo que trabalhar nas fábricas e após o término de suas jornadas, trabalhar dentro de casa – as hierarquias do lar não haviam mudado e o homem não era considerado responsável por cuidar das crianças e da limpeza de suas casas.

Transformou-se o entendimento que as mulheres possuíam acerca do seu papel na economia e na sociedade. Foi fato que as mulheres entraram marginalizadas no mercado de trabalho (com salários claramente mais baixos que os dos homens) e com restrições quanto às atividades que poderiam realizar, mas outro fato fora que enquanto antes da Segunda Guerra era impensável uma mulher liderar um Estado, após 1945, tornou-se politicamente possível. Ou seja, apesar das transformações possuírem diversos “poréns”, de uma maneira geral a situação pode ser vista como um incrível avanço para as mulheres e sua representatividade como um todo.

Em relação ao operariado, apesar de nos parecer que o grupo diminuía durante os Anos Dourados (devido ao aumento da produtividade e evolução constante de maquinário), o que se observou na realidade foi um aumento do seu contingente ao redor do globo. No que se refere aos operários dos países desenvolvidos, já se observava um movimento em direção à redução do seu contingente, mas nos países emergentes as manufaturas se erguiam com força total, pois o avanço do processo produtivo ainda não havia tomado as mesmas proporções que nos países centrais – enquanto eles se inclinavam em direção ao avanço tecnológico e científico, os países que estavam à margem viam nas manufaturas um mercado incipiente. Portanto, a diminuição do operariado no centro do capitalismo foi compensada pelo seu aumento na periferia.

Entretanto, apesar da luta de classes não deixar de existir, a movimentação dos sindicatos diminuía significativamente frente ao clima de prosperidade proporcionado pelo crescimento

econômico. Os operários do Primeiro Mundo sofriam uma “crise de consciência de classe”, não conseguindo mobilizar-se de maneira efetiva diante do momento inóspito que se deparavam. Antes guiados por um dilema de classe pautado na coletividade e no princípio de que a vida operária era diferente dos demais por natureza – a segregação dentro da sociedade era clara – agora os operários pareciam não desejar mais o “nós”, mas sim o “eu”. De acordo com Hobsbawm, a *pobreza* dava alguma unidade aos trabalhadores: a diferenciação social despedaçou isto. Era a predominância da individualidade em detrimento do coletivo. E, mesmo dentro da classe operária, ocorrera uma diferenciação, onde alguns trabalhadores mais qualificados acabaram se adaptando à produção de alta tecnologia, destacando-se dos demais. Aqueles que ficaram à deriva, não encontraram a solidariedade dos que se diferenciaram, pelo contrário – agora existia uma cisão entre os pobres “respeitáveis” e os “não respeitáveis”. Estes últimos, claramente marginalizados dentro de sua classe, figuraram o termo “subclasse”, utilizado em larga escala a partir de 1980.

Diante deste cenário de transformações dos valores familiares, do papel dos jovens na economia e na sociedade e da instauração de políticas de cunho social, os movimentos estudantis e sociais de 1968 tomam uma importância ímpar, sinalizando ao mundo que apesar de tantas mudanças aparentemente benéficas nem tudo estava tão bem e próspero como se supunha. Os movimentos tiveram um caráter internacional muito forte, pois ocorreram levantes em todos os pontos do globo – países capitalistas desenvolvidos, subdesenvolvidos e socialistas – e devem ser compreendidos como estando em inter-relação com os demais fatores históricos¹⁶ que ocorreram após o término da Segunda Guerra Mundial.

1.4 Movimentos Sociais

O movimento estudantil de 1968 deve ser entendido a partir de um caráter *sistêmico*, ou seja, derivado de inúmeros fatores cuja complexidade é apresentada por Groppo (2000) em três dimensões principais: Geopolítica, Socioeconômica e Político-cultural. Para a compreensão da influência dos dois primeiros grupos – e, conseqüentemente, do terceiro – deve-se ter em mente que o período em questão encontra-se imerso dentro da Guerra Fria e da Era de Ouro e ambos acabaram sendo interpretados de maneiras distintas entre as gerações que conviviam naquele

¹⁶ Groppo (2000: 25)

momento. Os jovens estudantes, também chamados de *baby boomers*, não possuíam as mesmas lembranças de seus pais, que vivenciaram as dificuldades do Entreguerras e as Guerras de fato:

Enquanto os adultos viveram a Guerra Fria como uma experiência traumática e de terror, os jovens sentiam – ainda que com certo temor – como uma contingência irracional. Enquanto os adultos concebiam o boom econômico enquanto dádiva dos novos tempos, como recompensa pelo esforço aos anos duros que antecederam a “Era de Ouro”, os jovens rejeitavam a defasagem entre liberdade material e conservadorismo moral e sociocultural. (GROPPO, 2000)

Entre os estudantes surge um movimento contestatório, pois eles não concordavam com a afirmação de que a ordem vigente naquele momento era um paraíso como a sua geração anterior acreditava. Vale ressaltar que não se deve considerar a juventude como “naturalmente” propensa à revolta, assim como não se deve conceber a maturidade biologicamente propensa ao conformismo¹⁷. A situação deriva de um contexto sócio-econômico e cultural definidos, onde as expectativas e visões de mundo entre as diferentes gerações não eram as mesmas.

Relativamente aos fatores Geopolíticos, a influência do clima que prevalecia durante a Guerra Fria é fundamental para entender as contestações dos estudantes universitários¹⁸. De uma maneira geral, o mal-estar gerado pela estrutura bipolar da Guerra Fria podia ser evidenciado por países ao redor do globo, sejam eles classificados como Primeiro, Segundo ou Terceiro Mundos – o que os estudantes fizeram foi transformar tal sentimento em inconformismo. Outro argumento seria que a lógica de convivência pacífica disseminada pela URSS durante a Guerra Fria – a *Détente* –, de certa maneira influenciou o relaxamento às perseguições macarthistas e stalinistas que marcaram o início do conflito e, portanto, proporcionou uma maior disseminação de idéias antes perseguidas pelos Estados.

Outro fator também de caráter geopolítico foi a oposição ao imperialismo praticado pelos Estados Unidos através de sua interferência nas políticas latino-americanas e descolonizações da África e Ásia – principalmente o intervencionismo em relação ao Vietnã – que se mostravam cada vez mais irracionais e contribuíram para disseminar a causa dos estudantes entre outras classes sociais. A denúncia da violência da ação militar norte-americana

¹⁷ Groppo (2000: 27)

¹⁸ Wallerstein (1989)

no Vietnã foi o momento que marcou a passagem das reivindicações limitadas à vida universitária para uma tentativa de interferência nos acontecimentos sociais mais amplos da nação e do globo, imersos na Guerra Fria¹⁹.

Os fatores de caráter sócio-econômico ocorrem em paralelo à revolta dos jovens diante do conformismo das suas gerações passadas, onde o ambiente criado não proporcionava nenhuma abertura para contestações, limitando assim a manifestação criativa e positiva da sociedade. Como principais pontos devemos citar a ascensão da classe média, já que os jovens estudantes provinham em grande maioria desta classe; e a reestruturação do capitalismo, pois especificou as relações de trabalho, minimizando a capacidade de força humana dentro do processo produtivo e incrementou o setor terciário, fortalecendo a classe média. Como apontou C. Mills (1969), a classe média mostrava-se politicamente acomodada e ideologicamente pouco propensa a radicalismos. Eis o cerne para as insatisfações dos estudantes. Era uma espécie de “rebelião moral, um protesto de classe média contra a própria classe média²⁰”.

Além disto, os estudantes eram exclusivamente de origem urbana. Isto é relevante se pensarmos no contexto de rápida urbanização que os grandes centros estavam passando, pois a população que agora abrigava os novos conglomerados passava, pela primeira vez, a demonstrar seus anseios e a se mobilizar numa cultura mundializada²¹. Desta maneira, 1968 pode ser considerado como uma das primeiras revelações da nascente “sociedade global²²”.

Por fim, quanto aos fatores político-culturais apontados por Groppo (2000), um deles seria a interação da mídia cultural com os jovens que, apesar de relevante, consiste em uma aparente contradição. Isto porque ao mesmo tempo em que os protagonistas de 1968 criticavam a ação das mídias com suas propagandas e direcionamento proposital ao que lhes era de interesse, eles eram os maiores expoentes do consumismo através do vestuário, da música, do cinema, etc. A questão é explicada por Hobsbawm (1995) no sentido de que a expressão intelectual dos estudantes definia mais desejos privados do que declarações políticas, deixando claro que se tratava de um tipo de liberação pessoal e social daquele grupo. Ou melhor: era uma época de politização do

¹⁹ Groppo (2000: 30)

²⁰ Milton Cantor in Groppo (2000)

²¹ Ortiz, Renato. Mundialização e cultura, São Paulo: Brasiliense, 1994.

²² Groppo (2000: 37)

corpo. De expressão pública de desejos íntimos (privados). O contexto de 1968 ilustra o fato, uma vez que os principais slogans traziam o “amor” como foco central²³. Era mais uma maneira (fácil) de confrontar as gerações passadas.

Outro fator que se enquadra no contexto político-cultural é a própria Universidade. Na década de 1960 fica evidente que a instituição está em crise, pois existe um confronto entre o modelo tradicional/elitista (formador de intelectuais, baseado em relações pedagógicas autoritárias e com uma concepção contemplativa do saber e da ciência, e que tinha como alvo um número pequeno de estudantes) e o novo modelo que despontava – o técnico/profissionalizante (formador de técnicos especializados em dadas áreas de ciência aplicada, baseado em uma pedagogia que valoriza a ciência no seu aspecto tecnológico e instrumental,²⁴ e que tinha de incluir um grande número de universitários). O que estava sendo gerados nas salas de aula eram indivíduos altamente especializados, sem capacidade crítica, pois ambos os modelos não deixavam espaço para o debate ou para a manifestação de idéias contrárias aos pensadores estudados. Além desse estímulo ao desenvolvimento de indivíduos “não pensantes”, o cenário piora se levarmos em conta que o objetivo final das classes médias em manterem seus filhos nas universidades não era mais alcançado:

[...] o graduado não alcançava imediatamente o topo social, ou seja, a universidade não era mais uma produtora instantânea de elites dirigentes. A universidade se tornava cada vez mais uma produtora de mão-de-obra especializada, qualificada e técnica. (GROPPO, 2000)

Observamos, desta maneira, que desde a década de 1960 – e, para alguns autores, antes disso – o sistema capitalista estava criando um contingente de mão-de-obra extremamente qualificada, mas que não possuía grandes perspectivas no mercado de trabalho. Percebe-se que o *modelo keynesiano* de crescimento econômico já apresentava gargalos que despontaram com os movimentos de 1968, indicando para o mundo que aquela talvez não fosse a alternativa correta.

É preciso deixar claro que o significado destas mudanças culturais entre os jovens foi que eles estavam rejeitando a ordenação histórica antes estabelecida pela sociedade, onde eles simplesmente não conseguiam se encaixar mais. O que ocorrera foi um grito em meio ao sufoco

²³ Hobsbawm (1995)

²⁴ Groppo (2000: 39)

proporcionado pela opulência dos Anos Dourados. Esta rejeição, entretanto, não possuía alternativa ao padrão em vigência, pelo contrário, o individualismo que já era visível nos países capitalistas há muitas décadas se erguia com força total.

A afirmação de que a Era de Ouro não englobou todas as camadas sociais fica clara quando analisamos de perto as questões abordadas neste capítulo, sejam elas políticas, econômicas ou sociais. A vigência de Bretton Woods criou uma estrutura onde as economias beligerantes puderam se recuperar plenamente e, ainda, disseminou políticas consideradas benéficas para a sociedade como um todo (aquelas de cunho “esquerdista” junto ao Welfare State). Entretanto, as organizações mundiais criadas visando ajuda aos países em dificuldade mostraram-se, na verdade, como empecilhos ao desenvolvimento do Terceiro Mundo, uma vez que estavam (e ainda estão) subordinadas a interesses particulares. Desta maneira, os Acordos reafirmaram a posição hegemônica dos norte-americanos, que criaram uma situação de ameaça constante em relação ao seu “bloco rival” no período da Guerra Fria e atuaram de maneira imperialista frente aos países pertencentes ao Terceiro Mundo. A sociedade do consumo foi enraizada tanto nas gerações que presenciaram os tempos difíceis das Guerras, quanto nas novas gerações que, apesar de contestarem a situação vigente naquele momento, não conseguiram se desvirtuar do sentimento individualista que prevalecia.

Os movimentos sociais do período evidenciaram contradições da lógica capitalista, onde estudantes da classe média em expansão se levantaram questionando a situação vigente. Pode-se dizer que estes movimentos contestaram a situação de seus próprios elementos, que observaram que a classe social da qual faziam parte não possuía grandes perspectivas dentro do padrão criado em prol das camadas mais ricas. Desta maneira, desponta a questão da precarização do trabalho, cuja análise faremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2 – PRECARIADO E O CONCEITO DE DESMERCANTILIZAÇÃO

Tendo em mente o que o período dos Anos Dourados significou, devemos nos atentar que naquele momento os atores do período não faziam idéia da transformação que estavam vivenciando. Afinal, *“foi preciso algum tempo para se notar, e outro tanto para se avaliar a transformação de crescimento material quantitativo em distúrbios qualitativos da vida”²⁵*. Tais distúrbios podem ser entendidos, principalmente, do ponto de vista dos trabalhadores assalariados que estavam em uma situação confortável de acordo com a lógica de salários crescentes disseminada pelo acordo entre Estado, Capital e Trabalho.

Em meados do século XX, o capital, os sindicatos e o mundo do trabalho em geral, bem como os partidos trabalhistas e social-democratas estiveram, todos eles, de acordo quanto à criação de uma sociedade e de um Estado-providência inspirados no laborismo, assentes numa maioria proletarizada, apostados no trabalho estável e em que houvesse uma ligação implícita entre trabalho e benefícios. Para o proletário, o grande objetivo era ter trabalho “decente” [...]. A estrutura de classes correspondente a tal sistema era relativamente fácil de descrever, com uma burguesia – empregadores, gestores e quadros superiores assalariados – oposta ao proletariado e formando assim, no seu conjunto, a espinha dorsal da sociedade. (STANDING, 2014)

Esta estrutura, entretanto, excluía de forma descarada a plenitude da classe-que-vive-do-trabalho²⁶, cujo sentido pode ser entendido como a totalidade do proletariado industrial, ou seja, os trabalhadores produtivos que participam diretamente do processo de criação da mais-valia; juntamente com o seu antagonista, o proletariado improdutivo, que seria o conjunto de indivíduos que não criam diretamente a mais-valia, vivendo através de empregos informais, desregulamentados e/ou terceirizados. Este último contingente será o foco de análise deste capítulo, pois se busca entender o seu significado e qual está sendo o seu papel no século XXI.

Durante a vigência dos Anos Dourados um contingente bastante significativo de trabalhadores permaneceu fora da classe ‘saliada’²⁷, ou seja, o grupo daqueles que se encaixavam dentro do modelo de produção fordista e puderam usufruir dos benefícios da

²⁵ Hobsbawm (1995)

²⁶ Antunes, R; Alves, G. (2004)

²⁷ Conceito foi criado por economistas da Escola Francesa da Regulação e aproxima o termo assalariado dentro do modo de produção fordista – de acordo com o texto de Braga (2014)

combinação keynesiana. Tal contingente pode ser entendido como um proletariado *precarizado*²⁸, isto é, um grupo de pessoas despojadas de garantias trabalhistas, submetidas a rendimentos incertos e carentes de uma identidade apoiada sobre o trabalho²⁹. Inserem-se dentro desse “preariado” uma massa flutuante de trabalhadores instáveis, constituída por uma série de categorias sociais (trabalhadores terceirizados, temporários, por tempo parcial, estagiários, etc.³⁰).

A discussão que envolve o precariado está intimamente ligada ao desmoronamento das políticas de Estado de Bem-Estar Social. Como já fora apontado anteriormente, tais políticas se disseminaram, sobretudo durante a Era de Ouro e se voltaram para o fornecimento de direitos sociais como direito de cidadania³¹ através de um alicerce que compreendia a ação estatal na cobertura de riscos da vida individual e coletiva. Tais políticas públicas tiveram uma grande importância durante o período, que passava por profundas transformações político e sócio-econômicas. Entretanto, conforme a lógica capitalista fora se ampliando – reestruturada, transnacionalizada, liberal e financeirizada – o Estado acabou por minimizar suas ações perante o mercado e, aos poucos, praticamente se extinguiu dentre os principais objetivos nas agendas dos países centrais e subdesenvolvidos.

A importância da prática das políticas públicas atinge, justamente, o contingente presente dentro do proletariado precarizado, pois estas minimizariam os impactos que a lógica de mercado provoca neste grupo desprivilegiado. Com o avanço da década de 1980 e, conseqüentemente, o enfraquecimento destas práticas, os indivíduos pertencentes ao precariado crescem, adquirindo características perigosas conforme Guy Standing afirmou em sua obra:

Eles estão flutuando, à deriva e potencialmente furiosos, capazes de se desviar politicamente para a extrema direita ou para a extrema esquerda e de apoiar a demagogia populista que tira proveito de seus medos ou suas fobias. (STANDING, 2014)

Desta maneira, ocorre um fortalecimento da “nova classe perigosa”, politicamente e intelectualmente instável, cujas atitudes como classe ainda estão sendo analisadas, mas podem ter

²⁸ Termo utilizado por diversos autores com diferentes sentidos como Guy Standing (2014), Ruy Braga (2012) e Giovani Alves (2013), que serão abordados adiante.

²⁹ Braga (2014)

³⁰ Alves (2013)

³¹ Zimmerman & Silva (2009)

sua origem constatada dentro dos Anos Dourados. Procuraremos, portanto, contextualizar o surgimento desta classe, apresentando as principais idéias de alguns autores, bem como suas divergências dentro da discussão em torno do conceito que engloba o termo “precariado”, cada vez mais numeroso e importante dentro dos acontecimentos atuais.

2.1 Caracterizações do Precariado

Com origens que se referem ao período de ascensão da década de 1960, o “precariado” possui algumas interpretações distintas no que concerne sua definição como classe. Em relação a este novo termo utilizado, ele poderia ser descrito como um neologismo que combina o adjetivo “precário” e o substantivo “proletariado”³². Tal termo fora criado perante a necessidade de se caracterizar as novas relações de classe que despontaram na sociedade do século XXI.

Com estas relações em mente, Guy Standing (2011) consegue elaborar uma estrutura de classes, dividindo-as em sete grupos distintos por ordem decrescente de rendimento médio. No topo da estrutura está a “plutocracia”, pequena parcela da população global que possui grandes rendimentos de capital e são detentoras dos meios de produção. Também influenciam governos no âmbito político-econômico – globalmente, sem restrição de nacionalidade –, ou seja, possuem grande poder de manipulação; abaixo se encontra uma elite que apenas difere do primeiro grupo em relação à amplitude de sua manipulação, pois elas possuem nacionalidade definida. Os dois grupos funcionam como classe dominante efetiva, quase hegemônica no seu presente estatuto. Eles corporizam o Estado neoliberal, manipulando os políticos e os meios de comunicação³³.

Em seguida, encontram-se os ‘salarizados’, que ocupam empregos estáveis e bem remunerados e esperam passar em algum momento para a parcela das elites; são seguidos pelos *proficians*, termo criado para definir aqueles trabalhadores que possuem um conjunto de habilidades profissionais e técnicas, simultaneamente. Eles são autônomos e conquistam grandes rendimentos, mas não buscam empregos de longo prazo – pelo contrário, ficam longe da “relação de emprego padrão”³⁴. Abaixo dos *proficians* encontra-se o núcleo do velho proletariado, ou seja, trabalhadores manuais que antes compunham a massa de trabalhadores industriais engajados nos

³² Standing (2011: 23)

³³ Standing (2014: 10)

³⁴ Standing (2011: 24)

movimentos trabalhistas, mas que se retraíram. Vale ressaltar que o Estado de bem-estar foi elaborado com esta classe em mente. Abaixo destes quatro grupos, finalmente, encontra-se o *precariado* que, por sua vez, é dividido em três outros grupos, fechando assim os sete grupos apontados inicialmente.

Além de ser considerada uma classe com rendimentos baixos, a idéia de incerteza e falta de identidade baseada no trabalho também são elementos centrais para entender a condição social do precariado. Fazendo uma comparação com a cidadania industrial conquistada no século XX, ou seja, as garantias ao mercado de trabalho, vínculo empregatício, renda, etc., o precariado encontra-se desprovido delas, sendo inserido em regimes de trabalho informais, terceirizados, com regime parcial de tempo, entre outros. Desta maneira, os trabalhadores que se encontram dentro desta *classe*, são explorados dentro e fora de seu ambiente de trabalho, pois fora dele eles estão constantemente buscando melhores oportunidades, tentando se “qualificar” para atender as expectativas da “empregabilidade”. Esses indivíduos estão literalmente à margem da sociedade, limitados no alcance e no aprofundamento dos direitos cívicos, culturais, sociais, políticos e econômicos.

Fazendo um paralelo com as transformações que ocorreram durante a Era de Ouro, é até cômico pensar que, naquele momento, o capital industrial buscava dar ao seu proletariado uma vida com cada vez mais estabilidade e, no século seguinte, a situação se reverte completamente, onde o mesmo capital agora direciona o proletariado a uma vida de constante instabilidade. Tal vulnerabilidade pode ser observada dentro dos três subgrupos que integram o precariado, sendo eles: os atávicos³⁵, os nostálgicos e os progressistas (ou boêmios). É importante citar essas distinções para, posteriormente, compreender os conflitos dentro da classe, que em grande parte ocorrem devido a ações de um destes grupos individualmente.

Os atávicos são aqueles que não se encaixam dentro da classe trabalhadora, são desprovidos de elevado nível de instrução e associam sua privação e frustração a eventos passados. Devido a estas características, dão ouvidos facilmente aos discursos populistas e/ou reacionários de extrema direita, culpando os demais grupos integrantes do precariado por sua condição social. Os nostálgicos compreendem os migrantes e minorias; não possuem *nem um*

³⁵ O termo significa *hereditário*, que se transmite, herança ancestral.

*sítio a que chamem de seu*³⁶ e são politicamente passivos. Por último, os progressistas são indivíduos instruídos que possuem um sentimento de frustração com o mercado de trabalho, pois passaram grande parte de suas vidas baseando-se no conceito de que o estudo, inevitavelmente, proporcionaria um status mais elevado na sociedade. Entretanto, estão empregados em vagas que não foram escolhidas, executando atividades que não proporcionam perspectivas de ascensão. Vale a pena ressaltar que o grupo progressista é aquele que constitui a parcela potencialmente transformadora do precariado, ou seja, que conseguiria unir os demais grupos de sua classe para conquistar direitos negligenciados pelo Estado e pelo mercado.

Enfim, ser precarizado na visão de Guy Standing consiste em fazer parte de uma nova classe social que se desenvolveu junto com o advento do neoliberalismo e que, para o autor, trata-se de uma classe potencialmente perigosa. Isto porque ela rejeita as velhas ideologias e os partidos políticos que a representam e, ainda, está constantemente em crescimento devido à mercantilização do trabalho. Além disso, os seus indivíduos apresentam características de fragilidade, frustração, alienação, deixando-os suscetíveis a tomarem partido dos grupos de insatisfeitos constituídos pela classe dominante.

Segundo o sociólogo brasileiro Ruy Braga (2012), a condição de precariedade é tributo da relação de mercantilização do trabalho, ou seja, desde que haja salário, venda e compra da força de trabalho, existe a condição de precariedade. Para ele, durante o auge da produção fordista já podiam ser observados trabalhadores à margem do sistema, pois aqueles que gozavam dos benefícios do Estado de Bem-estar social eram os brancos, adultos, nacionais, sindicalizados e qualificados, em detrimento dos demais estratos presentes na sociedade do período – sejam eles, negros, desqualificados, mulheres, migrantes e imigrantes. Portanto, sua idéia não é a de que existe uma *nova* classe social, mas sim uma transformação dentro do proletariado já existente que acabou perdendo seus trabalhos estáveis em função da mercantilização do trabalho. Ou melhor: os precários sempre existiram, mas não tiveram visibilidade na “era de ouro”.

Outro autor que também não acredita na existência de uma nova classe social é Giovanni Alves (2012) e, além disto, restringe o precariado ao grupo específico dos progressistas, ou seja, jovens altamente escolarizados que acabam assumindo empregos sub-remunerados. Segundo o

³⁶ Standing (2014: 14)

autor, as transformações que estão ocorrendo dentro do mercado de trabalho englobam exclusivamente a classe do proletariado, pois só tornam-se efetivamente classe social na medida em que aparecem, com maior ou menor efetividade, como sujeito histórico em si e para si³⁷.

Em suma, apesar das pequenas variações a respeito da caracterização do que é o precariado, existe um consenso de que esta classe (ou nova classe) não é homogênea. Dentro dos três grupos que compõem o proletariado precarizado encontra-se uma gama de indivíduos extremamente diferentes entre si e eis aí a dificuldade em trazer todos para um conceito comum:

O adolescente que entra e sai o tempo inteiro de um ciber-café enquanto sobrevive de empregos transitórios não é o mesmo que o migrante que usa a inteligência para sobreviver, estabelecendo febrilmente uma rede de contatos enquanto se preocupa com a polícia. Tampouco é semelhante à mãe solteira que se preocupa de onde virá o dinheiro para os alimentos da próxima semana, ou o homem de 60 anos que aceita empregos eventuais para ajudar a pagar as despesas médicas. Mas todos eles compartilham um sentimento de que seu trabalho é útil (para viver), oportunista (pegar o que vier) e precário (inseguro). (STANDING, 2014)

Uma maneira simplificadora de olhar para o precariado é perceber como as pessoas passam a realizar formas inseguras de trabalho que provavelmente não as ajudarão a construir uma identidade desejável ou uma carreira cobiçada³⁸. O conceito do precariado relaciona-se com a questão da expansão da mercantilização do trabalho, que seria a submissão cada vez maior dos trabalhadores à lógica de mercado, fazendo com que estes não tenham alternativas viáveis de sobreviver para além das relações mercadológicas. Por isso, mostra-se necessário desenvolver um aparato de políticas públicas que possibilitem justamente a *desmercantilização* do trabalho, para que o atual precariado tenha perspectivas futuras de melhora em sua condição social.

2.2 Alterações no mercado de trabalho e desmercantilização

Tanto o precariado quanto a proposta de desmercantilização trabalhista estão envolvidos dentro da série de transformações que o mercado de trabalho sofreu ao longo do século XX. Em síntese, a ascensão da classe média durante a Era de Ouro protagonizou um ambiente onde seus filhos eram criados com base no conceito de se instruírem para conquistar melhores

³⁷ Ver Alves (2012)

³⁸ Ver Standing (2011: 36)

oportunidades de trabalho. Entretanto, ao finalizarem o ciclo se depararam com uma situação bastante adversa, pois – dentre outros motivos – o processo de transnacionalização das empresas aliado aos princípios neoliberais em vigência não garantiam estas vagas aos recém-formados universitários. O proletariado, por sua vez, não possuía mais um emprego estável, pois a combinação keynesiana de crescimento econômico mostrava sinais de desgaste e as oportunidades de mão de obra barata presentes no Terceiro Mundo pareciam proporcionar maiores lucros aos capitalistas, levando-os em direção aos países emergentes.

Diante deste contexto, o contingente caracterizado como precariado foi crescendo dentro de um mercado de trabalho transformado, cujos principais fatores seriam: a redução do proletariado industrial, estável, herdeiro da fase fordista; o aumento do novo proletariado fabril e de serviços, presente nas diversas modalidades de trabalho precarizado; o aumento significativo do trabalho feminino – infelizmente em grande parte dentro do precariado; a exclusão dos jovens e trabalhadores considerados “idosos” para o capital (aqueles com 40 anos ou mais); e a expansão do Terceiro Setor, como uma alternativa para aqueles que estão sendo excluídos do sistema de estabilidade, ainda que seja muito limitado e incapaz de absorver todo o contingente em questão³⁹. A conformação da classe trabalhadora, portanto, apresenta-se muito mais heterogênea e complexificada, onde dentro do universo do proletariado precarizado o mercado torna-se elemento central, adentrando inclusive na maneira de agir dos indivíduos.

A mundialização do capital, apesar de ter trazido consigo pontos positivos, como a facilidade de efetuar transações e a ampliação da comunicação em geral; também gerou consequências devastadoras, principalmente dentro da classe trabalhadora. A ampliação crescente da dependência com as lógicas de mercado daqueles que não possuem meios de produção acabou por limitar a própria identidade desta classe, que agora vive inclusive fora do horário comercial em função de aumentar suas chances de “empregabilidade”. Como salientou Alves & Antunes (2004), a alienação e os novos fetichismos que permeiam o mundo do trabalho tendem a impedir a autodeterminação da personalidade e a multiplicidade de suas qualidades e atividades⁴⁰. A massa é induzida, direta ou indiretamente, a seguir os padrões consumistas impostos pelo mercado, bem como sua lógica visando “aceitação” por grupos individualistas e minimizadores.

³⁹ Ver Antunes & Alves (2004)

⁴⁰ Alves & Antunes (2004: 349)

Essa mercantilização do trabalho limita a tomada de decisões dos indivíduos, que aos poucos vão perdendo sua individualidade em detrimento do consenso junto ao coletivo – que seria o “correto” a se fazer/pensar. Criou-se um ambiente onde os indivíduos dependem exclusivamente do trabalho para serem socialmente aceitos. Com o fim do Welfare State e sua consequente redução de políticas direcionadas às camadas mais baixas, aqueles que não se encaixam por algum motivo dentro da classe-que-vive-do-trabalho sofrem por parte do capital as mais cruéis consequências.

A desumanização segregadora leva ao isolamento individual, às formas de criminalidade, à formação de guetos de setores excluídos, até as formas mais ousadas de explosão social que, entretanto, não podem ser vistas meramente em termos de coesão social da sociedade como tal, isoladas das contradições da forma de produção capitalista. (ALVES & ANTUNES, 2004)

Por conseguinte, surge a necessidade de retomar – e reforçar – a instauração de políticas públicas similares às praticadas durante a vigência do Estado de Bem-Estar do pós-guerra. Zimmermann & Silva (2009) apontam a emergência de o Estado acelerar o processo de desmercantilização do trabalho, que se refere ao grau em que indivíduos podem manter um nível de vida tolerável, independentemente da obrigação de participarem do mercado⁴¹.

O ideal para aqueles que defendem o processo de desmercantilização seria a adoção dos benefícios sob a prerrogativa da incondicionalidade, ou seja, o auxílio proveniente do Estado atenderia todos os seus cidadãos, sem regras ou restrições sócio-econômicas – desta maneira ocorreria uma independência por parte dos indivíduos, que teriam a opção de se desvincularem do mercado de trabalho, quando fosse necessário. Mas as práticas observadas na vida real direcionam os direitos sociais a determinadas parcelas da sociedade, apenas. São adotadas regras de acesso dos indivíduos aos benefícios, como por exemplo, a substituição da renda, onde se faz uma avaliação do nível de proventos da família, isto é, se eles são substancialmente menores do que os salários considerados normais, ou do padrão de vida considerado adequado e aceitável em determinada sociedade⁴².

Com o advento do neoliberalismo, a grande maioria dos países diminuiu significativamente as políticas sociais de suas agendas governamentais, mas as medidas ainda

⁴¹ Ver Esping-Andersen (1990: 23)

⁴² Zimmermann & Silva (2004: 353)

resistem em diferentes graus e de acordo com as inclinações políticas dos Estados. Em geral, Estados liberais tendem a defender maior provisão de serviços e benefícios via mercado, não estimulando o processo de desmercantilização – pelo contrário; enquanto que aqueles que possuem um regime social-democrata praticam políticas públicas mais voltadas para este ideal, já que o acesso aos direitos sociais não depende da comprovação de pobreza ou do desempenho do trabalho, basta apenas ser cidadão ou residir em determinado país. Para exemplificar a questão, Esping-Andersen (1990, p. 52) elaborou um ranking dos países segundo o grau de desmercantilização de suas políticas sociais e fica claro que países como Suécia, Noruega e Dinamarca – considerados dentro do regime social-democrata – possuem um grau muito maior do que Austrália, Estados Unidos e Nova Zelândia, países de regime liberal.

Assim sendo, considerando que as influências da mercantilização dentro do precariado mostram-se cada vez mais desumanizadoras, no sentido de real perda de identidade para atender as especificidades do mercado de trabalho, é de extrema importância a busca por benefícios provenientes de políticas públicas para amenizar o processo de precarização do trabalho. Ao próprio precariado, considerado uma classe com poder transformador, cabe mais do que nunca a tarefa de se conscientizar e buscar meios para conquistar tais direitos perante o estado liberal, em detrimento das vontades do capitalismo de mercado.

2.3 O poder transformador do precariado

Um progressivo erro cometido no século XX, segundo Standing (2007), teria sido o fato de a busca pela cidadania industrial ser parte crucial da agenda social-democrata, fazendo do *labor* foco das políticas de proteção social.⁴³ Isto porque o objetivo central dos governos se tornou simplesmente “ocupar⁴⁴” a maior quantidade possível de indivíduos, em detrimento de proporcionar-lhes direito de escolha sobre o que desejam trabalhar. Eis a essência da desmercantilização: a criação de um ambiente onde exista a possibilidade do trabalhador escolher no que deseja trabalhar independentemente de variáveis mercadológicas, como disponibilidade de vagas, salários mais altos, etc.

⁴³ O autor recorre à difundida distinção entre *labor* e *work*. *Labor* seriam as ocupações onde o trabalhador exerce apenas para obter remuneração, *Work*: ocupações que despertam o prazer e preenchem de sentido a ação do trabalhador.

⁴⁴ Guy Standing (2007) utilizou o termo “Jobs” nesta passagem, buscando referir-se a quaisquer ocupações no mercado que possam ser classificadas como “empregos” perante as estatísticas trabalhistas.

Durante o período de vigência dos Anos Dourados, a mercantilização do trabalho cresceu, mas a presença do Estado de Bem-Estar Social parecia amenizar os excessos cometidos pelo mercado através da execução de políticas públicas. Entretanto, a realização de tais políticas não garantia uma liberdade real aos trabalhadores, pois apenas recebiam os benefícios os que estivessem se comportando em suas funções – cumprindo horários e recebendo salários duvidosos⁴⁵. Tratava-se de uma “desmercantilização fictícia”, onde o Estado regulador criara uma falsa percepção de controle das forças de mercado através de políticas e benefícios restritos – o que Standing (2014) chama de “Um paraíso de tolos⁴⁶”.

Fica claro que o verdadeiro princípio da desmercantilização não fora atingido e, como salientou Polanyi (1980), a sociedade humana convertia-se em um mero instrumento para o sistema econômico. Com isto em mente, a proposta de encarar o precariado como uma classe potencialmente transformadora visa justamente reverter sua situação precária:

[...] a luta do precariado deverá centrar-se no desenvolvimento de mecanismos com vista a fazer com que o rendimento que atualmente vai para a plutocracia, a elite e o salariado passe a ser canalizado para o resto da população, incluindo [...] o precariado, que é efetivamente uma classe, a mais baixa e mais ativa. (STANDING, 2014)

Em busca da desmercantilização, o precariado deve antes de qualquer coisa, tornar-se uma “classe-para-si⁴⁷”, ou seja, deve enfrentar as divergências existentes entre os grupos que o compõe. As exigências não devem transparecer um aspecto revolucionário e a luta deve ser direcionada para a implantação de um novo sistema de distribuição, já que a busca por mais postos de trabalho não alteraria o fato de seus empregos possuírem um caráter meramente instrumental.

Mais do que uma mudança significativa no sistema de distribuição, tal mudança também deve adentrar a mente precarizada desta classe social, onde seus indivíduos possuem uma visão muito curto-prazista, uma vez que a impossibilidade de visualizar o progresso social incapacitou-os de pensar no longo prazo. Há um afastamento da sociedade formada por indivíduos com distintas combinações de conhecimento, experiência e aprendizagem para uma sociedade na qual a maioria das pessoas tem pontos de vista socialmente construídos, facilmente adquiridos, que

⁴⁵ Standing (2007: 71)

⁴⁶ “a Fool’s Paradise”

⁴⁷ Standing (2014)

são superficiais e desviados para a aprovação do grupo e não para a originalidade e a criatividade⁴⁸. Assim, além da necessidade de se buscar uma política de redistribuição da riqueza – com foco no capital financeiro –, mostra-se tão urgente quanto, a luta por uma redistribuição da instrução, pois imersos em uma sociedade onde a corrida pelo aumento do nível de instrução é generalizada, apenas as elites acabam alcançando instituições que lhes permitem pensar livremente e desenvolver sua capacidade criativa e questionadora.

Pelo fato de seus indivíduos rejeitarem os representantes políticos tradicionais e estarem internamente divididos, pode-se afirmar que o precariado possui dentro de si uma força transformadora o suficiente para lutar pelo “direito de possuir direitos”, mas para alcançar tal objetivo precisa superar as contradições presentes entre seus diferentes grupos. Caberá à vertente dos progressistas a tarefa de “abrir os olhos” dos demais grupos, já que estes possuem a instrução como instrumento a seu favor e, assim, organizar sua classe como unidade efetiva para alterar sua condição social. Como uma classe envolta em complexidades, cuja própria definição ainda é motivo de discussões, é de uma importância crucial a busca por benefícios que a desvinculem do mercado para que possa agir de acordo com suas vontades e habilidades.

⁴⁸ Ver Standing (2011: 47)

CONCLUSÃO

Os Anos Dourados constituíram um período que trouxe profundas transformações à sociedade mundial. Fruto de um esforço coletivo de reconstrução político-econômica, frequentemente é associado a superlativos positivos que possam exaltar sua opulência e prosperidade ímpar. Entretanto, as décadas em questão escondem entre suas altas taxas de crescimento fortes contradições, que nos conduzem a questionar se realmente podem ser consideradas como prósperas para a História da sociedade moderna. É de conhecimento geral que após o seu término, uma robusta Crise despontou na economia global, evidenciando que os altos índices observados em 40 anos de crescimento, na realidade se basearam numa lógica que não poderia perdurar por muito mais tempo.

Para ser viabilizada, a Era de Ouro contou com o aparato de instrumentos político-econômicos acordados em Bretton Woods que, dentre outros tantos impactos, consolidou a hegemonia dos Estados Unidos como potência mundial e disseminou o conceito do Estado de Bem-Estar Social com base num Estado regulador e intervencionista. Era de interesse geral das nações a reconstrução da economia mundial devastada pelas Grandes Guerras e, também, a prevenção para que tais desastres não acontecessem mais. Para isto, até o capital sucumbiu às políticas desenvolvimentistas de cunho esquerdista:

Para evitar a repetição do desastre era necessário, antes de tudo, constituir uma ordem econômica internacional capaz de alentar o desenvolvimento, sem obstáculos, do comércio entre as nações, dentro de regras monetárias que garantissem a confiança na moeda-reserva, o ajustamento não deflacionário do balanço de pagamentos e o abastecimento de liquidez requerido pelas transações em expansão. Tratava-se, portanto, de erigir um ambiente econômico internacional destinado a propiciar um amplo raio de manobra para as políticas nacionais de desenvolvimento, industrialização e progresso social. (BELLUZZO, 1995)

De forma claramente contraditória, o clima de estabilidade político-econômica do período convivia com a Guerra Fria, dividindo o globo em duas forças antagônicas que criavam um clima de constante competitividade. Assim, a prosperidade proporcionada pela combinação keynesiana de crescimento econômico amenizava – e alienava – o clima tenso que circundava o globo durante as três décadas em questão.

O movimento de migração maciça dos campos para a cidade resultou numa verdadeira “Revolução Verde”, quando analisada junto aos níveis astronômicos de produtividade alcançados pelas monoculturas exportadoras. Tal fenômeno contribuiu para o inchaço dos centros urbanos, que se transformaram em verdadeiros conglomerados humanos, distribuídos de forma desorganizada principalmente nos países considerados no Terceiro Mundo.

Este êxodo rural, por sua vez, caminhou junto ao desenvolvimento do modelo de produção fordista norte-americano, que revolucionou as linhas produtivas com o seu conceito de maximização dos lucros via ganhos de escala. O modelo gerou uma nova divisão do trabalho, onde a mão de obra especializada tornou-se fundamental para manusear o maquinário desenvolvido pelas “cabeças pensantes” dos países centrais. Estas, por sua vez, eram provenientes do surto universitário que ocorrera no período, que produzia um grande contingente de mão de obra qualificada em ritmo alucinado que, inevitavelmente, em determinado momento iria desestabilizar o sistema.

A manutenção da combinação keynesiana de crescimento econômico foi um sucesso devido ao acordo firmado pelos três elementos cruciais dentro do funcionamento do sistema econômico: Estado, Trabalho e Capital. O “*mútuo entendimento tácito*” deste tripé sustentou a vigência do Estado de Bem-Estar Social para manter a classe trabalhadora sob controle – inclusive os sindicatos, que acabaram domesticados pelo capital.

Entretanto, foi a juventude universitária proveniente do *boom* universitário que iniciou um processo de contestação do esquema vigente. Eles questionavam o seu papel reservado na sociedade e o comodismo de seus parentes que, com os tempos difíceis das Grandes Guerras em mente, consideravam perfeito o momento em que viviam. Tal movimentação gerou os levantes de 1968, que apesar de não possuírem um elemento político em comum, tomaram proporções a nível mundial jamais vistas antes, evidenciando a revolução nos meios de comunicação (e o fenômeno da globalização) que ocorria naquele momento.

Ocorrera uma alteração profunda na tradição e nos “bons costumes” antes seguidos pelas famílias, exemplificados principalmente pelo movimento feminista que despontou no mesmo ano, demonstrando que as mulheres não faziam parte do antes considerado “sexo frágil”, pelo contrário, enfrentavam dupla jornada de trabalho para sustentar suas famílias, que agora

contavam com um número cada vez maior de mães solteiras – fato realmente raro de se encontrar antes da Segunda Guerra, por exemplo. O movimento contestatório dos estudantes serviu de incentivo a outros grupos mais significativos dentro do mercado de trabalho, como os operários, que se movimentaram em greves após terem ficado obsoletos durante a vigência dos Anos Dourados.

Desta maneira, observa-se um conjunto de transformações políticas, econômicas e sociais que despontaram no decorrer da segunda metade do século XX. No que tange ao tema e objetivo desta análise, as alterações observadas no mercado de trabalho mostram-se cruciais para entender as origens da classe social caracterizada como o precariado. Em resumo, este proletariado precarizado pode ser entendido dentro do processo de desmoronamento das políticas do Estado de Bem-Estar Social junto à mercantilização crescente das relações de trabalho, em detrimento do conceito neoliberal que invadiu o globo em meados da década de 1980.

O precariado tem aumentado significativamente ao longo dos anos, evidenciando uma complexidade que ainda deve ser estudada. Fica claro que o seu crescimento aparece como fator crucial na análise do mercado de trabalho mais recente, demonstrando uma potencial força para efetivar transformações, sejam elas em prol do coletivo ou não. Cabe a esta classe, portanto, desenvolver dentro de si uma identidade comum, reunindo todo o potencial transformador que possui para pressionar o *status quo* em busca de alterações significativas na distribuição de riqueza e educação, visando uma mudança significativa na situação precária em que se encontram atualmente.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, G. O que é o precariado? Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>>. Acesso em jun. 2014.
- _____. Capitalismo global, proletariado e os limites da indignação. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2012/03/05/capitalismo-global-proletariado-e-os-limites-da-indignacao>> Acesso em jun. 2014.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho: na era da mundialização do capital. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. 351. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: jun. 2014.
- ARRETECH, Marta. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. In: BID, Rio de Janeiro, nº 39, 1995.
- ARRIGHI, G. O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. 2. Ed. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo, SP: Editora UNESP, 1996.
- BELLUZZO, Luiz G. M. O Declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. Economia e Sociedade Vol. 4. 1995.
- _____. Dinheiro e as Transfigurações da Riqueza in: FIORI, J. L. M. d. C. TAVARES, (Orgs.) Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes. 1998.
- BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. Nova Classe Perigosa? Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/tag/guy-standing>> Acesso em jun. 2014.
- ESPING-ANDERSEN, G. The three worlds of Welfare capitalism. Cambridge: Polity, 1990.
- _____. After the Golden Age: The Future of the Welfare State in the New Global Order. Genebra, UNRISD (United Nations Research Institute for Social Development), 1994. Tradução de Simone Rossi Pugin.
- FIORI, José Luis. Globalização, Hegemonia e Império in: FIORI, J. L. e TAVARES, M.C. (orgs.) Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização Petrópolis: Vozes. 1998.
- _____. O Poder Global. 1. Ed. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2007.

GROPPO, L. A. Uma onda mundial de revoltas: Movimentos estudantis nos anos 1960. Campinas, SP. 2000.

HOBBSAWM, E. “Era dos Extremos: O breve século XX – 1914-1991”. 2. Ed. Tradução Marcos Santarita. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

MARIUTTI, E. B. "Considerações sobre a perspectiva do sistema-mundo". Novos Estudos - Cebrap, n.69. 2004.

_____. Fundamentos da Hegemonia Estadunidense no Pós-Guerra Fria: tendências gerais. In: CARDOSO, J.C. ACIOLY, L. & MATIJASCIC, M. Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas Brasília: Ipea, 2009.

MEDEIROS, Carlos. A. O Desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar. In: FIORI, J.L. O Poder Americano. Petrópolis, Vozes. 2004

MILLS, C. Wright. A Nova classe média. Rio de Janeiro, Zahar, 1969. 380 p.

OFFE, Claus. Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo, Brasiliense, 1989. 322 p.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação: as origens da nossa época trad. port. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

STANDING, Guy. O Precariado - A Nova Classe Perigosa. São Paulo: Autêntica, 2014. Tradução de Cristina Antunes.

_____. O precariado e a luta de classes. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 103 | 2014. URL : <http://rccs.revues.org/5521> ; DOI : 10.4000/rccs.5521

_____. Re-commodification in the Global Transformation in: Reading Karl Polanyi for the Twenty-First Century: Market economy as a Political Project, 2007. New York : Palgrave MacMillan

TAVARES, Maria da Conceição. A Retomada da Hegemonia Americana in: FIORI, J. L. e TAVARES, M.C. (orgs.) Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização Petrópolis: Vozes. 1998.

TAVARES, Maria da Conceição & BELLUZZO, Luiz G. “A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano” in: FIORI, J.L. (Org.) O Poder Americano Petrópolis: Vozes, 2004.

ZIMMERMANN, C. & SILVA, M. C. O princípio da desmercantilização nas políticas sociais. In: Caderno CRH, Salvador, Vol. 22, Nr 56, 2009.